

Rio de Janeiro, 2010

TEORIA ATOR-REDE E PSICOLOGIA

NEAU
EDITORA

Segundo as agentes comunitárias em ação: o processo de intervenção urbana numa favela carioca à luz da Teoria Ator-Rede

Leticia de Luna Freire¹

Nos últimos trinta anos, o campo acadêmico francês tem vivido um movimento de renovação das ciências sociais que vem sendo conhecido como *tournant pragmatique* (Nachi, 2006). Se, até os anos 1970, boa parte dos debates nas ciências sociais reduzia-se à confrontação entre as correntes marxista e estruturalista, no final dessa mesma década começa a se configurar uma re-especificação em torno das problemáticas sociológicas, na qual a questão da ação é tomada numa nova perspectiva.

Sob a influência do pragmatismo americano destaca-se, nesse contexto, a *Anthropologia das Ciências*, encabeçada por Bruno Latour e Michel Callon no âmbito do Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI) da École des Mines de Paris. Afastando-se das abordagens tradicionais de sociologia das ciências que mantêm intacta a separação entre conteúdo técnico e contexto social, os autores colocam em evidência a ciência em construção, interessando-se pela prática efetiva dos cientistas em ação. Nesse empreendimento, acabam por criar uma nova disciplina, situada na interseção da sociologia e das ciências exatas, que tem como objeto os processos que emergem da inovação científica e técnica (Latour, 1997, 2000, Callon et al, 2001)².

1 Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela UERJ, Pesquisadora Associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), Doutoranda em Antropologia pela UFF, Bolsista CAPES. Este artigo baseia-se numa releitura de um dos capítulos da dissertação de mestrado da autora

2 Outra abordagem que surge quase paralelamente nesse contexto, é a chamada Sociologia Pragmática, encabeçada por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), no Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM) da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Concebendo o mundo em sua hibridização, essa nova abordagem busca superar habituais dicotomias. A primeira delas é a oposição entre dois universos de representações e de práticas, pressupondo uma hierarquia entre as sociedades, os saberes e os valores, que se expressa em binômios como “primitivo” X “civilizado”, “comunidade” X “sociedade”, “tradicional” X “moderno”. Concebendo-os como configurações complexas nas quais dificilmente se pode diferenciar os elementos que as compõem, Latour (1994) recusa essas “Grandes Divisões”, afirmando em seu lugar a existência de uma continuidade.

Ao tratar o saber científico como um saber entre outros, submetendo os cientistas ao mesmo olhar antropológico que aborda um feitiço ou um vidente, a *Anthropologia das Ciências* introduz, como condição da pesquisa, a exigência de uma simetria. Originário do *Programa Forte* formulado por David Bloor na década de 1970³, o princípio de simetria

Interessados no estudo das múltiplas formas de ajustamento e justificação dos indivíduos nas situações de disputa e controvérsias públicas, os autores desenvolvem um programa de pesquisas em torno da pluralidade da ação humana, inaugurando, assim, um novo estilo sociológico. Um bom exemplo do uso desta abordagem é a tese desenvolvida por Mota (2009) sobre as demandas de direitos e de reconhecimento vinculadas às reivindicações de identidades diferenciadas. Tomando como campo empírico os “remanescentes de quilombos” e as “populações tradicionais”, no contexto brasileiro, e o caso dos antilhanos residentes em Paris, no contexto francês, o autor analisa os regimes de engajamento dos quais os atores lançam mão para justificar suas reivindicações nas distintas arenas públicas.

3 Em 1976, Bloor iniciou o desenvolvimento de um programa de investigação social com o objetivo de descobrir as causas que levam distintos grupos sociais, em diferentes épocas, a selecionar determinados aspectos da realidade como objeto de estudo e explicação científica. Por “programa fraco” Bloor designava a ideia de que bastava cercar a “dimensão cognitiva” das ciências com uns poucos “fatores sociais” para ser chamado de historiador ou sociólogo das ciências. Em contraposição, propunha um “programa forte”, cuja ideia básica era de que qualquer estudo de sociologia ou história das ciências deveria levar em conta tanto o contexto social quanto o conteúdo científico. Para abordar estes dois aspectos, Bloor sugeriu o princípio programático da simetria, o que significava reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença entre acerto e erro,

de abórigenes⁵. Somente o exame das atividades rotineiras dos cientistas permite-nos ver como os gestos aparentemente mais insignificantes contribuem para a construção dos fatos, evidenciando a permeabilidade entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório. Além disso, permite revelar que a construção de fatos é sempre um processo coletivo, que depende da criação de uma rede de *actantes*. Como em um jogo de *rugby*, o enunciado é transmitido de mão em mão, podendo cada jogador atribuir-lhe o estatuto de verdade ou ficção. Para transformar um enunciado em um fato, a estratégia dos cientistas consiste, nesse jogo, em criar relações que antes não existiam, traduzindo os interesses dos outros jogadores na direção dos seus, ampliando assim seu número de aliados. Tal é a importância dessa operação de *tradução* (ou *translação*), que esta abordagem passou a ser designada de *Sociologia da Tradução*, sendo também conhecida como *Teoria Ator-Rede* (Latour, 1984, 2000, 2006; Law, 1986; Callon, 1988)⁶.

É nessa perspectiva de “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam” (Latour, 2004: 397) que se insere, portanto, este artigo. Através de um breve relato da pesquisa que desenvolvi no Mestrado (Freire, 2005), com o objetivo de descrever o processo de implantação de uma política urbana numa região favelizada do Rio de Janeiro, pretendo evidenciar a relevância e originalidade dessa abordagem etnográfica para o estudo de processos de criação e transformação dos espaços urbanos.

5 Segundo Moraes (2003), Latour afirma um enfoque antropológico das ciências e das técnicas, entendendo a palavra antropologia não em sua referência ao antropos-homem, mas ao estranhamento que comportam as pesquisas antropológicas de outras sociedades, e para frisar o sentido empírico de suas investigações.

6 A Actor-Network Theory (ANT), traduzida aqui por Teoria Ator-Rede (TAR), é produto de um grupo de antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses associados, dentre os quais Bruno Latour, Michel Callon e John Law. De acordo com Wilkinson (2004:2), embora muitas vezes ela seja considerada uma metodologia, “na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico) quer pela sua reconceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”.

visa contrapor-se ao pensamento dualista, reequilibrando os pontos de vista sobre a verdade e o erro, o racional e o irracional, tratando, nos mesmos termos, dos vencedores e dos vencidos da história das ciências. Nas palavras de Latour e Woolgar (1997), ser simétrico é compreender por que as pessoas acreditam na astronomia da mesma maneira que se compreende por que elas acreditam na astrologia. Na abordagem proposta por Latour (1994), este princípio é estendido a todas as outras grandes dicotomias, tais como natureza x cultura, indivíduo x sociedade, moderno x não-moderno, humano x não-humano, etc. O pesquisador, seguindo esse *princípio de simetria generalizada*, deve evitar utilizar-se da realidade exterior para explicar a sociedade, assim como utilizar os jogos de poder para explicar a realidade exterior. Além disso, Latour reivindica uma simetria entre o mundo dos homens e o mundo das coisas, optando pelo termo *actante* para designar todos os seres, humanos e não-humanos, que constituem o social⁴, evitando inscrevê-los em categorizações hierárquicas pré-estabelecidas. Assim, *actante* pode designar qualquer elemento que produza efeitos em uma interação: indivíduos, deuses, animais, máquinas, textos, regras, instituições, etc.

Em termos metodológicos, Latour (1997, 2000) afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é seguir os cientistas em ação, descrevendo sua prática tal como os antropólogos descrevem a vida cotidiana

verdadeiro e falso.

4 No livro *Changer de société. Refaire de la sociologie* (2006), Latour desenvolve uma crítica ao uso do termo “social” como adjetivo para designar um material ou um domínio particular, propondo redefini-lo como um movimento de conexão entre coisas que não são sociais em si mesmas. Ao invés de postular a existência de um tipo de fenômeno específico (através de termos como “sociedade” e “estrutura social”), caberia ao sociólogo seguir o trabalho de fabricação dessas conexões, compreendendo uma espécie de “associologia”. Conforme aponta Law (1992), é quase impossível pensarmos interações humanas que não sejam, hoje, mediadas por objetos (telefone, dinheiro, carta, internet, preservativo sexual, etc.).

Entrando na rede

O campo no qual se desenvolveu a pesquisa localiza-se na zona norte da cidade, encravado entre dois importantes eixos rodoviários: a Avenida Brasil, que liga a zona oeste e grande parte da zona norte ao centro, e a Avenida Automóvel Clube, que corta vários bairros em direção à Baixada Fluminense. Ocupado, em sua grande maioria, por uma população de baixa renda, Acari consiste em uma região predominantemente residencial, composta por quatro localidades, cada uma com perfil e associação de moradores própria: o Conjunto Residencial Areal, conhecido como “Amarelinho”, e as favelas Vila Rica de Irajá, Vila Esperança e Parque Acari⁷. A área que nos interessa aqui, porém, é aquela composta pelas três favelas vizinhas, onde houve a intervenção do Programa Favela-Bairro entre os anos de 2003 e 2005. Desenvolvido pela prefeitura desde 1993, este programa tem como objetivo “transformar as favelas em bairros populares”, através da realização de obras de infraestrutura urbana e da implantação de equipamentos públicos e de políticas sociais.

Nas primeiras idas ao campo, constatei que a intervenção era assunto obrigatório das conversas mais corriqueiras entre os moradores, fosse para evocar a sua desconfiança quanto à implantação do programa, trazendo à tona a descrença geral quanto à atuação dos governantes, fosse para reativar o “fantasma da remoção” que, historicamente, assombra a vida dos habitantes das favelas da cidade. Diante da movimentação de trabalhadores, engenheiros e máquinas que anunciavam o começo das obras na localidade e mudava a rotina dos moradores, comeci a me indagar sobre os efeitos dessa intervenção em Acari. Que mudanças ela proporcionaria na organização social e no modo dos moradores ao interagirem com aquele espaço? Distante do que essa pergunta pode, à primeira vista, sugerir, não pretendia avaliar os resultados alcançados pelo programa em relação à infraestrutura daquela

7 Para uma descrição mais detalhada da organização socioespacial da região, assim como da definição de seus contornos físicos e simbólicos enquanto “bairro”, “complexo” e “favela”, consultar: Freire (2005) e Freire (2009a).

localidade e à qualidade de vida dos moradores, mas apenas observar e descrever como a intervenção se desenvolvia dia-a-dia e que impactos produzia naquele cotidiano. Conforme fui acompanhando este evento, fui mapeando os atores que, direta ou indiretamente, passavam a fazer parte do processo, assim como identificando os efeitos de suas ações sobre eles.

Certamente, isto só foi possível mediante a realização de um trabalho de campo intensivo, que, inspirado nos antropólogos, exigiu minha presença constante na localidade por aproximadamente um ano e meio. Com o auxílio de um caderno de campo, que muitas vezes funcionava como analisador de minha própria participação no processo, descrevi as negociações, deslocamentos e transformações ocasionadas pelas ações dos mais diversos atores que pude notar (e, portanto, anotar) durante a intervenção. Mais do que descrevê-la *de fora*, busquei apontar as relações e alianças que estavam *in loco* sendo naquele momento produzidas. Seguindo a perspectiva sugerida por Latour (1997, 2000, 2001), para descrever essa rede em construção tentei não priorizar nenhum ponto de vista ou ator de antemão, mas acompanhar passo a passo a sua constituição, atenta aos efeitos produzidos pelas ações de cada um dos atores e pelas relações criadas entre eles.

Indo semanalmente a Acari, procurava pistas sobre um possível fio pelo qual pudesse começar a tecer as redes daquele contexto em que a localidade vivia, sob a intervenção do Programa Favela-Bairro. Ao longo do trabalho de campo, as conversas informais encadeadas com moradores e líderes locais foram me conduzindo ao contato com os representantes da prefeitura na localidade, que, segundo as indicações nativas, podiam ser encontrados em uma pequena sala na sede de uma das associações de moradores⁸.

8 A pesquisa concentrou-se na favela de Parque Acari, uma vez que lá já havia desenvolvido relações com moradores e líderes comunitários, por conta de minhas atividades em uma instituição local, através do projeto “Drogas e Complexidade: a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais dos jovens de contextos desfavorecidos”, coordenado pela professora Teresa Cristina Carreteiro e do qual fui bolsista de iniciação científica, na Universidade Federal Fluminense.

Chegando na localidade, apresentei-me ao presidente da associação, que, contrariando minhas expectativas diante da posição que ocupava, era uma pessoa tímida e de poucas palavras. Ao expor meus interesses sobre a intervenção, chamou apressadamente duas Agentes Comunitárias de Habitação que estavam por perto, alegando que elas poderiam me atender melhor em relação às informações que buscava. Atenciosas, as agentes explicaram-me muitas coisas sobre a organização e a implantação do programa. De forma geral, afirmavam que “o Favela-Bairro é a transformação da favela em bairro” e que “aonde passa o Favela-Bairro não pode mais ser chamado de favela”. Falando com orgulho do seu próprio trabalho, definiam-se como “a ponte entre a prefeitura e a comunidade”, atuando como elo de comunicação e interlocução entre ambos durante as três etapas da intervenção (projeto, obras e pós-obras).

A partir dessas explicações gerais, tive naquele momento a sensação de ter encontrado nessa “ponte” as tradutoras por excelência do Programa Favela-Bairro na localidade. Conforme me relatavam, cabia aos agentes comunitários traduzirem aos moradores o significado da intervenção, convencendo-os de que, ao colaborarem com sua implantação, eles seriam os maiores beneficiados. Ao mesmo tempo em que deviam angariar o apoio dos moradores à intervenção, deviam repassar suas demandas e reclamações à administração municipal, além de “conscientizá-los” quanto ao uso adequado dos equipamentos públicos construídos.

De acordo com a abordagem que orientou a pesquisa, se numa rede nenhum ponto é privilegiado em relação a outro, o que faz com que ela tenha sempre múltiplas entradas, pode-se dizer que foi o trabalho de campo que me conduziu a eleger os Agentes Comunitários de Habitação como o fio através do qual comecei a acompanhar a implantação do programa em Acari. A aposta era de que, através deles, entraria em contato com os outros atores do processo, permitindo, assim, um acompanhamento da intervenção em rede. A partir daí, busquei me aproximar cada vez mais da equipe de agentes de Parque Acari. Esta era composta por três mulheres, com idades entre

35 e 40 anos, sendo duas delas moradoras da localidade, além de uma supervisora com a qual se reuniam semanalmente. Intensificando os contatos, procurei fazer com que a minha presença entre elas fosse mais agradável do que incômoda, ou, ao menos, tolerável, como recomendava Malinowski (1978). Controlando minhas impressões (Berreman, 1990) e explicitando meus interesses, fui conseguindo aos poucos conquistar sua confiança, até que me permitissem integrar a equipe e acompanhá-las na realização do seu trabalho.

Seguindo as agentes comunitárias localidade afora

Tal como Latour, que em seu livro *Ciência em ação* (2000) seguiu cientistas e engenheiros sociedade afora, apresento em seguida a descrição de alguns atores e os efeitos de suas ações que pude apreender ao seguir as agentes comunitárias localidade afora. Diferentemente do ambiente confinado e um tanto misterioso dos cientistas naturais, o “laboratório” das agentes era, entretanto, a própria localidade, sendo muitos de seus experimentos realizados ao ar livre, nas ruas e becos da favela. Começo, então, descrevendo o dia da primeira atividade da equipe que pude acompanhar, denominada “reunião de rua”.

Ao chegar em Parque Acari pela manhã, as agentes imediatamente me convidaram para participar da reunião que fariam com moradores de um beco, para a qual estavam organizando alguns materiais (folhetos, papéis, canetas e pranchetas). Preparando-se para sair, fixaram na porta o aviso “A equipe está na comunidade”, trancando a sala em seguida. Quando saímos da associação de moradores, surpreendemo-nos ao ouvir repetidas vezes o som de fogos. Nas favelas, estes fogos são lançados por “olheiros” como forma de comunicar a chegada de policiais na localidade, alertando não apenas os traficantes, mas os próprios moradores, do perigo de um provável confronto. Diante desse simples episódio, as agentes recuaram e decidiram retornar à sala e esperar “a comunidade se acalmar”. Passados alguns minutos sem se ouvir novamente o som de fogos, as agentes verificaram o movimento habitual da rua e seguiram em direção ao referido beco, enquanto eu as seguia atentamente para não me perder pelos sinuosos

caminhos, até chegarmos, pouco depois, ao local combinado. O beco era sem saída e havia sido recentemente pavimentado, embora fosse fechado por um portão gradeado⁹. Ao ouvirem os fogos, os moradores do beco também haviam se recolhido, de modo que as agentes tiveram que convocá-los de casa em casa para a reunião, estratégia que se mostrava a mais adequada face à temporalidade imediatista compartilhada pela maioria dos moradores.

A atividade tinha o objetivo de fornecer informações, esclarecer dúvidas e ouvir reclamações dos vinte moradores presentes a respeito da intervenção urbana. Na estreita área comum do beco, estávamos todos dispostos de pé, em círculo. A agente mais comunicativa iniciou a reunião apresentando sua equipe, incluindo-me como alguém “da universidade”. Em seguida, perguntou aos moradores: “o que seria o Favela-Bairro para vocês?”. Alguns moradores deram respostas evasivas como: “melhoria”, “não haver mais becos”, “saneamento básico”, “abrir ruas”. A agente completou as falas afirmando que “o Favela-Bairro é tudo isso”, mas que ainda faltava muito a ser feito. As agentes começaram, então, a estimular a participação e a união dos moradores para lutarem por seus direitos, reforçando que “o morador também é fiscal” e possui responsabilidades sobre a manutenção das obras, devendo, por exemplo, “respeitar os limites para a construção das casas” e “não invadir o espaço público”. Acentuavam ainda que são essas ações cidadinas que ajudam a mudar a imagem negativa do lugar e a enfrentar a discriminação que sofrem por “morar em comunidade”. Uma agente acrescentou ainda que os moradores deviam valorizar o fato de que Acari vem sendo atualmente privilegiado nas ações da prefeitura, pois “nem a Rocinha, que é a maior favela

⁹ Por questão de segurança, muitos moradores, aliás, vêm aumentando os muros de suas casas e transformando becos em verdadeiros “condomínios fechados”. De acordo com as agentes, os becos fechados eram considerados pelas empreiteiras como áreas privadas, não podendo receber obras públicas de pavimentação. Diante disso, a estratégia criada pelos moradores consistia na retirada provisória dos portões que, após a realização das obras, eram novamente instalados.

da cidade, tem um hospital”, disse, referindo-se à construção do primeiro hospital municipal da Zona Norte da cidade na área onde antes existia o prédio que abrigava a famosa Fábrica da Esperança¹⁰. Concordando com tudo o que as agentes diziam, uma moradora afirmou categoricamente que “pobreza não é sinônimo de irresponsabilidade”. Por fim, as agentes aproveitaram a reunião para eleger “o representante do beco”, que teria a função de repassar-lhes as solicitações e reclamações daqueles moradores referentes às obras na localidade. Conforme explicavam, os representantes de ruas também eram uma espécie de “ponte”, desta vez entre os moradores e as agentes comunitárias.

A reunião progrediu com conversas paralelas de moradores com as agentes, que tiravam dúvidas e davam orientações específicas sobre instalação sanitária, distribuindo folhetos explicativos. Encerrando a reunião, as agentes anotaram as principais reclamações dos moradores numa folha de papel e pediram que eles assinassem a lista de presença, comprovando a realização da atividade e declarando o seu fim.

Como se pôde notar, durante toda a reunião as agentes procuraram convencer os moradores de um determinado sentido do Favela-Bairro e da própria concepção do que seja “favela” e “bairro” com o objetivo de fisgá-los como aliados da intervenção. Arregimentando diversos recursos, como comparações, folhetos, listas e uma boa retórica, as agentes tornavam seu discurso convincente, persuadindo os moradores de que possuíam uma corresponsabilidade sobre a intervenção e de que, ao apoiarem-na, estariam agindo em prol de seus

¹⁰ A Fábrica da Esperança era uma organização não-governamental, criada em 1994 pelo Pastor Caio Fábio D’Araújo Filho, cuja importância foi reconhecida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso numa visita ao local logo depois da posse, durante seu primeiro mandato. Sediada num prédio de seis andares na Avenida Automóvel Clube, onde antes funcionava uma fábrica, a ONG desenvolveu grandes projetos sociais voltados aos jovens de Acari. Com o envolvimento do pastor num caso de corrupção política no início dos anos 1990 (Dossê Cayman), a ONG foi desativada e o prédio foi implodido em 2002 para dar lugar à construção do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, que somente iniciou os atendimentos à população em 2008.

próprios interesses. Assim, as agentes vão acrescentando novos atores à rede do Programa Favela-Bairro, que, por sua vez, criam novas costuras.

Logo no início da descrição de um dia de atividade, fica nítido que os *fogos* também representavam *actantes* que afetavam diretamente o cotidiano dos moradores e o trabalho das agentes comunitárias, forçando-as a modificarem suas condutas, se reorganizarem e adiarem a reunião. Como diria Latour (2002a), os fogos aqui faziam-fazer, isto é, incitavam um novo programa de ação dos moradores e das agentes. Em Acari, os confrontos entre policiais e traficantes, anunciados previamente pelo lançamento de fogos, foram um dos primeiros elementos que percebi atuarem nas redes de implantação do Favela-Bairro.

Nos dias em que a localidade estava sob a ocupação intensiva da polícia, as ruas rapidamente se esvaziavam. Enquanto para os traficantes, os fogos comunicavam a presença de policiais na área, para os moradores, eles comunicavam a possibilidade de haver tiroteios, induzindo-lhes a novas formas de ocupar e perceber os espaços públicos, como ruas e becos, que passavam então a ser vistos como lugares perigosos, colocando em risco a vida de qualquer transeunte distraído. Como me relatou, desolado, um menino de dez anos, “o ruim de morar aqui são os tiros e não poder ficar mais na rua”. Da mesma forma, os riscos de um provável confronto entre policiais e traficantes forçavam, em diversas situações, uma modificação no trabalho das agentes comunitárias, bem como impediam a própria realização de atividades externas na favela, como reuniões de rua e vistorias de obras. Tal como os moradores, as agentes ficavam recolhidas em sua sala, onde muitas vezes passavam jornadas inteiras de trabalho. Numa dessas ocasiões, uma das agentes comunitárias, moradora de Acari há mais de vinte anos, ressaltou o agravamento dos conflitos armados na região, desabafando que “não consegue mais viver na comunidade”. Assim, tanto o tráfico de drogas quanto a polícia – ou melhor, a conjugação desses dois *actantes* nas situações de confronto – produzem efeitos na vida dos moradores de Acari e no

trabalho das agentes comunitárias, modificando sua rotina, seja através da imposição de normas e comportamentos, seja suscitando sentimentos diversos.

Para além da tensão provocada, a não realização de atividades das agentes em dias de confrontos tinha ainda que ser justificada no seu livro de atas. No entanto, sendo este um documento que ficaria posteriormente à disposição dos financiadores do Programa Favela-Bairro – a prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – como registro da intervenção na localidade, as agentes comunitárias eram orientadas a exporem a situação de maneira pouco específica, omitindo ou minimizando a sua gravidade. Assim, preenchiam, a contragosto, o livro com frases genéricas, tais como: “Por motivo de força maior, não foi possível realizar atividades externas hoje” ou “Devido ao poder paralelo, não foi possível realizar atividades externas hoje”. A inscrição desses acontecimentos no livro de atas também era feita por outras equipes, havendo, no entanto, diferenças na forma de efetuar a tradução. Os agentes comunitários da favela Vila Esperança, por exemplo, justificavam a não realização de atividades externas em função de um certo estado emocional da favela: “A comunidade está tensa, sem condições para trabalhos externos” ou “Comunidade nervosa, sem condições para realizar atividades externas”.

O livro de atas das agentes servia também para o registro de problemas, reclamações e solicitações dos moradores referentes às obras. Cada equipe, contudo, desenvolvia formas particulares de fazer esses registros.

Sendo função dos agentes comunitários repassar as informações aos técnicos do programa que gerenciavam as obras, a equipe de Vila Esperança, por exemplo, preocupava-se em registrar os detalhes através de desenhos, feitos pelo agente mais habilidoso. Para ilustrar a importância dessas inscrições, cito o caso de um morador que se queixava de um vazamento de esgoto na calçada em frente à sua casa. Atendido por um agente comunitário, este registrou o problema no livro em forma de texto e desenho. Ao repassar a reclamação para o

engenheiro responsável, o agente explicava-lhe o problema a partir dessa inscrição, tornando-se assim seu porta-voz. Transportando uma parte da localidade para o escritório da equipe técnica, o desenho possibilitava que o engenheiro pudesse compreender o problema sem precisar deslocar-se de imediato à casa do morador.

Além de preencher diariamente o livro de atas, todas as equipes de agentes comunitários deviam redigir *relatórios mensais*, nos quais resumiam as atividades e os atendimentos realizados aos moradores, as reuniões com as equipes técnicas e os contatos estabelecidos com representantes de outros órgãos, além de registrarem as demais ocorrências. Estes relatórios eram enviados mensalmente à organização não-governamental (ONG) que coordenava as equipes de agentes comunitários. Para a ONG, estes relatórios representavam uma inscrição impressa capaz de permitir aos coordenadores um certo grau de controle do trabalho dos agentes nas localidades. Para que esse controle de longa distância fosse em maior escala, era necessário, contudo, criar uma rede de agentes passivos humanos e não-humanos (Law, 1986). Assim, os relatórios não eram os únicos recursos mobilizados pela ONG. Além de receberem os relatórios, os coordenadores reuniam-se regularmente com os supervisores de áreas, que transferiam o contexto do trabalho dos agentes para a sua sede, e enviavam representantes às localidades em momentos específicos, como em eventos culturais e educativos promovidos pelas equipes. Assim, era a mobilização conjunta de documentos, dispositivos e pessoas treinadas que assegurava à ONG o controle de longa distância do trabalho dos agentes comunitários nas localidades.

Ainda abordando os dispositivos de inscrição, relato uma situação ocorrida em Vila Esperança, envolvendo a empreiteira responsável pelas obras na favela.

Para elaborar o plano de intervenção, a empresa licitada precisa construir mecanismos que lhe possibilitem ter um conhecimento da área como um todo, com suas características geofísicas, seus limites e extensões territoriais. Para isso, um

recurso frequentemente utilizado é a fotografia aérea. É este dispositivo de inscrição que permite levar a localidade de Vila Esperança para o interior do escritório, onde engenheiros e arquitetos se reúnem em torno da favela abstrata (plana e feita de papel) para pensar e criar formas de intervir urbanisticamente na favela real (de relevos e composta de materiais heterogêneos).

Através dos agentes comunitários de Vila Esperança, conheci Mangue-Seco, uma micro-área que recebeu este nome em ironia aos constantes alagamentos. Antigamente havia neste local um grande manguezal, que foi sendo aterrado para abrigar os barracos dos moradores mais recentes, sendo até hoje a área mais pobre e precária em termos de infraestrutura, não dispondo de serviços básicos como água e esgoto. Por estar localizada no ponto mais baixo da localidade, enchentes são ali um problema frequente. Seria, portanto, uma área primordial a ser considerada no plano de intervenção do Programa Favela-Bairro. Seria, se não fosse um "problema técnico". Segundo relataram os agentes, a fotografia aérea na qual os técnicos se basearam para elaborar o plano de intervenção não evidenciava a diferença do terreno (alagadiço) de Mangue-Seco em relação às demais áreas da comunidade. Tal fato impedia que a realização das obras de urbanização previstas para o local fossem realmente eficazes, aumentando o tempo de espera e as pressões exercidas pelos moradores. A especificidade dessa área trazia, assim, à tona as limitações do instrumento, exigindo da equipe técnica uma reformulação total do plano de intervenção para aquela área. Para os técnicos, por sua vez, esta reformulação acarretava uma extensão do prazo para a conclusão das obras e um aumento considerável dos custos de sua execução. Consequentemente, a situação suscitava a necessidade de haver uma nova negociação entre a empresa responsável e a prefeitura, em que o prazo e a verba disponível fossem redefinidos. A realidade em questão colocava assim em suspeição a pretensa universalidade e neutralidade do instrumento que produzia a inscrição da fotografia aérea, que teria, por sua vez, que ser readaptado e reconcebido de maneira específica. O problema que aparentemente era apenas

de ordem técnica, passou a envolver também questões de ordem social, política e econômica.

No que se refere aos *moradores e suas casas* durante o processo da intervenção urbana, as agentes comunitárias são as primeiras pessoas a lhes informarem sobre a intervenção. Antes mesmo do início das obras, elas passavam em cada casa da favela para divulgar, orientar e “preparar” os moradores, função que lhes demandava um maior poder de barganha para convencer os mais “desesperançosos” de que a intervenção não seria mais uma prática demagógica das tantas que, historicamente, figuram na relação entre os políticos e os habitantes das favelas (Medina, 1964).

Identificadas pelo uso de uma camiseta e crachá, elas são as interlocutoras às quais os moradores recorrem para tirar dúvidas, fazer reclamações e sugestões sobre a intervenção na localidade. Mas o que não estava previsto é que, conforme vão se tornando reconhecidas e confiáveis, os moradores passam a atribuir-lhes os mais diferentes papéis. Durante a minha permanência com as agentes de Parque Acari, era comum moradores entrarem em sua sala para desabafar sobre um problema de ordem pessoal ou afetiva, pedir conselhos ou até relatar brigas com cônjuges ou vizinhos na expectativa de que mediassem o conflito, ajudando em sua resolução. Desse modo, a atuação das agentes muitas vezes transcendia a sua função original, transformando-as momentaneamente em juízas, advogadas, assistentes sociais e psicólogas, conforme as mesmas me relatavam. Dada a variedade de motivações com que os moradores as procuravam, as agentes acabavam tendo que fazer uma triagem das demandas, registrando no livro e encaminhando aos engenheiros da empreiteira e ao fiscal de obras da prefeitura apenas aquelas que julgavam ser diretamente relacionadas à intervenção do Favela-Bairro.

Acompanhando as agentes comunitárias, tive a oportunidade de conhecer e também acompanhar a trajetória de alguns moradores cujas casas tiveram que ser removidas para viabilizar a construção de equipamentos públicos previstos pelo programa na localidade. Nessas ocasiões, constatei que as

mobilidades espaciais são quase sempre também mobilidades afetivas (Bosi, 2003). Nesse sentido, demolir uma casa pode significar, para o seu morador, a destruição de seu estilo de vida (Mello et alii, 1981), a perda de um bem que não possui apenas um valor material, mas que é impregnado de valores simbólicos e afetivos.

Aos moradores que estavam nessa situação, eram dadas duas opções, levando-se em conta o valor da casa avaliado por uma equipe técnica: ou a prefeitura comprava-lhes um outro imóvel na localidade ou eles recebiam o valor correspondente para comprar um imóvel onde desejassem¹¹. Dentre os moradores removidos que acompanhei, a maioria optou por receber diretamente o valor da indenização, o que lhes dava maior autonomia em relação ao uso do dinheiro e à escolha da nova casa. Entre os que viam a remoção como uma oportunidade de saírem de Acari, almejava-se “morar em qualquer lugar que não fosse favela”, o que para eles significava conquistar maior prestígio social, segurança e privacidade para sua família. Já entre os que queriam permanecer em Acari, predominava a procura por uma casa mais próxima às saídas da favela – áreas mais valorizadas por dispostem de melhor infraestrutura e por serem mais distantes das chamadas “bocas-de-fumo”¹², conferindo maior segurança aos moradores nas situações de confronto entre policiais e traficantes.

A intervenção do Programa Favela-Bairro produzia, assim, uma grande “especulação imobiliária”, conforme a fala de um líder comunitário. Diante da mobilidade residencial provocada pela intervenção, as casas colocadas à venda nas áreas consideradas mais nobres pelos moradores passavam a ter seu preço rapidamente elevado¹³. Almejando adquiri-las,

11 A princípio, os moradores poderiam ainda optar por uma das unidades habitacionais de relocação que estavam previstas para serem construídas num terreno nos fundos da favela. Mas como não houve acordo entre a prefeitura e a empresa proprietária do terreno, essas unidades habitacionais não foram construídas.

12 Pontos ilegais de venda de drogas nas favelas.

13 Cabe lembrar que, como me relatou o líder comunitário, o próprio anúncio da chegada da intervenção do Favela-Bairro já era suficiente para valorizar a localidade, elevando o preço das casas para compra e

os moradores removidos tentavam negociar um valor acima do que era normalmente oferecido pela prefeitura por suas casas, mas a indenização era sempre insuficiente para pagar integralmente o preço do novo imóvel adquirido. Desse modo, para muitos moradores, a remoção de suas casas acabava gerando um acúmulo de dívidas significativas em sua já comprometida renda familiar.

Além dos próprios moradores e suas casas, havia um *actante* que, embora não reconhecido oficialmente pelo poder público enquanto tal, produzia efeitos e negociações importantes no processo de intervenção do Favela-Bairro: o chamado “movimento”¹⁴.

Quando iniciei meu trabalho de campo em Acari, era bastante ostensiva a presença do narcotráfico. Conforme diziam antigos moradores, enquanto “antes era tudo discreto” e os traficantes respeitavam mais os moradores e líderes comunitários, “hoje eles acham que sabem de tudo” e tentam controlar inclusive as associações de moradores. Por outro lado, para alguns moradores mais jovens, os traficantes continuam sendo vistos como mediadores de conflitos, solicitados a intervir, por exemplo, em situações de roubos e brigas no interior da favela. Ou seja, os traficantes continuam sendo, contraditoriamente, a figura representativa de lei e ordem mais próxima do que a polícia, vista majoritariamente como tendo uma atuação arbitrária e corrupta nas favelas.

Uma vez que, para a prefeitura, a associação de moradores é a instituição a quem se confere representatividade e poder de

venda e atrairdo a chegada de novos moradores, que construíam lá seus barracos na tentativa de serem também beneficiados com as obras.

14 Por “movimento” os moradores referem-se ao tráfico de drogas local, englobando nessa denominação genérica tanto os atores humanos em suas variadas funções (“olheiros”, “aviões”, “gerente”, etc.), quanto o conjunto de atores não-humanos (drogas, armas, dinheiro, etc.) que o compõem. Segundo Misse (2007), embora essa denominação tenha aparecido pela primeira vez como jargão do jogo do bicho, atualmente ela comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos do mercado local de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e demais áreas da periferia habitadas por populações de baixa renda.

negociação junto à população, ao tentar obter o seu controle, a quadilha local de traficantes acaba interferindo também na implantação do Programa Favela-Bairro nas localidades¹⁵. Um bom exemplo disso foram as mudanças ocorridas em uma das favelas em relação ao que seria construído num terreno onde algumas casas foram removidas.

No plano de intervenção urbana apresentado em assembleia aos moradores, previa-se para essa área a construção de uma praça. Entretanto, o controle do tráfico exercido sobre a associação de moradores fez com que seu presidente fosse coagido a atender a um pedido do “dono da favela”, solicitando então aos fiscais do programa uma mudança no projeto “em nome da comunidade” (Freire, 2009b). Assim, ao invés da praça, construiu-se ali uma quadra, que, apesar de ser oficialmente destinada à livre utilização dos moradores para fins de lazer, tornar-se-ia na prática uma área destinada à realização das festas e bailes promovidos por traficantes, que controlariam de modo particularizado o espaço construído com recursos públicos. Certamente, esse tipo de negociação ocorria nos bastidores, sem que os moradores tivessem conhecimento ou participação no processo decisório. Orientados a “não se meterem nisso”, os agentes comunitários, por sua vez, sentiam-se totalmente impotentes diante de tais situações. Esse sentimento de impotência misturava-se ao sentimento de medo e insegurança diante das reações que sua interferência pudesse suscitar, impossibilitando-os de fazer qualquer relato, por mais sucinto que fosse, dessas situações nos livros de atas e relatórios de atividades.

No que tange às negociações da prefeitura com as *associações de moradores*, é importante destacar que, de modo geral, em

15 A relação entranhada entre tráfico de drogas e associações de moradores, resultando na desqualificação destas por parte dos moradores, não é fato recente, mas resultado de um processo que muitas vezes tem início no próprio surgimento de muitas associações. Souza (2001) revela que, quando realizou sua etnografia (1995-1998), a relação entre o tráfico e certas associações de moradores de Acari já estava “institucionalizada” aos olhos dos moradores. A própria sede de uma associação e a piscina na sede de outra foram, inclusive, construídas por antigos chefes do tráfico.

Acari, as associações não são bem vistas nas localidades. Isto é, não são consideradas pelos moradores como seus legítimos porta-vozes. Cada vez mais é difícil saber em nome de quem seus presidentes falam: de seus próprios interesses, dos moradores, ou do tráfico de drogas local? Como ocorre hoje em muitas outras localidades, em Acari as associações de moradores são vistas como lugares de poder individual e, por isso, sempre sujeitas a desconfianças¹⁶. Enquanto, por um lado, os moradores veem as associações como pouco atuantes em relação ao que consideram que seriam capazes de fazer “em prol das comunidades”, por outro, poucos são aqueles que se interessam em colaborar para que elas representem os interesses coletivos, seja envolvendo-se como sócios, seja participando das atividades associativas.

Além disso, havia uma forte tensão entre os líderes comunitários – sobretudo os presidentes de associações, que eram considerados pelos moradores como tendo uma relação de cumplicidade com o tráfico de drogas – e aqueles que se orgulhavam de dizer que não se submetiam a qualquer acordo com traficantes, alegando pautar suas ações apenas em benefício dos interesses de “sua comunidade”. Dependendo da qualidade e grau da relação que mantinham com os traficantes, as associações, portanto, eram mais bem ou mal vistas pelos moradores, assim como os presidentes eram identificados ou desqualificados enquanto seus representantes. De qualquer forma, pela conjugação dos diversos fatores apontados, o que predomina atualmente entre os moradores é uma percepção negativa das associações de moradores, em que estas não são reconhecidas como instituições representativas de luta em defesa dos “direitos e interesses das comunidades”.

Essa percepção negativa das associações de moradores afetava diretamente o trabalho das Agentes Comunitárias de Habitação. Embora seu trabalho fosse autônomo e

16 Uma pesquisa realizada em oito comunidades e bairros da Grande Tijuca aponta quatro desafios colocados hoje às associações de moradores: conseguir representatividade, manter a participação, não se submeter aos chefes do tráfico de drogas e, nas parcerias, não aceitar sem discutir as regras dos projetos governamentais e não-governamentais (Ibase, 2000).

independente das associações, o fato de estarem ou não alocados em sua sede interferia no tipo de relação que os moradores estabeleciam inicialmente com as equipes. Por estar alocada numa sala na sede da associação, a equipe de Parque Acari, por exemplo, também era negativamente identificada pelos moradores como vinculada a ela. Somente ao longo do trabalho das agentes, os moradores foram compreendendo sua autonomia e especificidade, passando a procurá-las em sua sala. Da mesma maneira, a aproximação dos agentes de Vila Rica e Vila Esperança com os moradores dessas localidades era facilitada por estas equipes terem “barracões” próprios, construídos junto aos dos técnicos da empreiteira e dos fiscais da prefeitura. A desvinculação do próprio espaço físico das associações favorecia, nesse sentido, o acesso direto e espontâneo dos moradores. Na visão do presidente de uma das associações, a qual era compartilhada pelos agentes comunitários, o trabalho entre as equipes de Participação Comunitária e as associações de moradores deve ser sempre de parceria. Mas, para ele, uma relação de grande proximidade entre ambos pode facilitar o trabalho de um e outro – diferentemente do que os agentes relatavam –, na medida em que a maioria dos agentes é “de fora”, eles precisam do respaldo das associações para se inserir nas favelas.

No processo de intervenção do programa, ter uma associação de moradores atuante faz toda diferença no que se refere à elaboração do projeto de acordo com as demandas dos moradores e à qualidade das obras executadas nas localidades. Como me dizia o presidente de uma das associações de moradores de Acari, “a comunidade muitas vezes perde quando a associação não mostra interesse, quando não tem um acompanhamento de perto da liderança”. Nesse sentido, sua fiscalização e acompanhamento contínuo foram determinantes para que sua localidade recebesse obras de melhor qualidade do que as demais.

Durante as fases de elaboração de projeto, de obras e de pós-obras, as associações de moradores de Acari sofreram muitas mudanças. No final de 2002, houve eleição para a diretoria de uma das associações de moradores na qual a

presidente – uma moradora antiga da favela, cuja aparência frágil escondia uma representante ativa e experiente nas negociações políticas – foi substituída por um morador que nunca havia exercido qualquer papel de liderança em Acari e demonstrava pouca capacidade de articulação e negociação com o poder público. A troca de presidentes com histórias e perfis tão distintos exigia uma adaptação da própria prefeitura, que tinha que se adequar constantemente às características das associações e de seus presidentes. Como exemplo, cito aqui a fala de uma engenheira da prefeitura por mim entrevistada: “as associações são bem diferentes, cada uma é de um jeito. Então, com cada um dos presidentes, a gente vai levando também na linha que eles fazem”.

Ao se vincular exclusivamente às associações de moradores, tomando-as como porta-vozes dos moradores e atribuindo-lhes a capacidade de intervir diretamente no processo de elaboração e realização das obras da intervenção “em nome da comunidade”, a prefeitura acaba por dotá-los de um poder de decisão que passa a interessar e ser disputado não apenas pelos líderes comunitários, mas também pelos traficantes de drogas locais.

Noto que não somente a prefeitura, mas praticamente todas as instituições públicas e não-governamentais privilegiam as associações de moradores como instância de negociação e representatividade das favelas, concentrando nelas as forças de mediação política, social e econômica nas parcerias e convênios estabelecidos¹⁷. O poder das associações de moradores de Acari não deve aqui ser entendido, portanto, como algo do qual elas dispunham ou possuíam *a priori*, sendo causa de sua vinculação à prefeitura, mas sim efeito dessa aliança entre a prefeitura (ou demais instituições) e as associações de moradores. Aliança que, se de um lado pode gerar efeitos benéficos à população, através da atuação de associações de moradores participantes

¹⁷ Como mostraram Oliveira e Carvalho (1993) em sua pesquisa sobre as organizações comunitárias das favelas, a forma como vêm sendo estabelecidas as relações entre o poder público e as associações de moradores indica a pouca distinção de papéis e funções de cada um, fazendo com que as segundas sejam muitas vezes percebidas como extensão do primeiro, como uma espécie de “mimiprefeituras”.

e fiscalizadoras do processo de intervenção, de outro, pode produzir efeitos perversos, fazendo com que as associações concentrem um poder que transborda as suas fronteiras e rompe seus vínculos, podendo inclusive repercutir em sua total perda de autonomia.

Finalizando (provisoriamente) a descrição

A partir do relato de algumas situações que presenciéi, segundo de perto o trabalho das agentes comunitárias durante a implantação do Programa Favela-Bairro em Acari, espero ter mostrado de que forma a Teoria Ator-Rede pode se constituir como um importante dispositivo para descrever processos, ou, como diz Latour, objetos ainda “quentes”.

Na pesquisa, essa abordagem permitiu-me ver aquilo que, à primeira vista, pareceria insignificante, embora produzindo marcas e transformações cruciais no processo da intervenção, como os mapas, os fogos, os instrumentos, enfim, não-humanos que, ao mesmo tempo em que são produtos da ação humana, conduzem os humanos a novas formas de agir¹⁸. Voltando a atenção às conexões que produzem efeitos, provocavam desvios e motivavam novas traduções, foi possível tecer as redes da intervenção urbana na localidade, descrevendo os efeitos engendrados pelas ações dos mais diferentes *actants* nela implicados. Apenas partindo da posição de não desprezar nenhum elemento que se fizesse presente, pude, ao longo do trabalho de campo, voltar meu olhar para a hibridização do processo, evitando engessá-lo em molduras explicativas pré-fabricadas. Pois se, como sugere Latour (2006), a Teoria Ator-Rede é muito mais uma teoria sobre como estudar coisas (ou como não estudá-las) do que um quadro teórico “aplicável” à realidade, sua possível utilidade consiste em deixar que os atores possam se expressar por eles mesmos, cabendo ao pesquisador descrevê-los da melhor maneira possível, fazendo do texto o seu laboratório.

¹⁸ Sobre os não-humanos, ver, em especial, o artigo de Queiroz e Melo, presente neste volume.

Referências bibliográficas:

- BERREMAN, G. (1990). "Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia" [1962]. In: Guimarães, Alba Zaluar (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- BOSI, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- CALLON, M. (1988). "Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des mains-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc". *L'Année Sociologique*, 36, pp.169-208.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. (2001). *Agir dans un monde incertain: Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil.
- FREIRE, L. L. (2009a). "Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados". In: *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. NECVU/UFRJ, ano 1, n.2, out-dez.
- _____. (2009b). "Em nome da comunidade: o papel das Associações de Moradores no processo de implantação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro". In: Cefai, Daniel; Mello, Marco Antonio da Silva; Mota, Fábio Reis; Berocan (orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa* (no prelo).
- _____. (2006). "Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica". In: *Comum*, v.11, n. 26, janeiro/junho, pp.46-65.
- _____. (2005). *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- IBASE (2000). *Com a palavra, os moradores!* Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca. Rio de Janeiro: Agenda Social/Ibase.
- LATOUR, B. (2006). *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- _____. (2004). "Por uma antropologia do centro" (entrevista do autor à revista). *Mana* 10(2), pp. 397-414.
- _____. (2003). *Un monde pluriel mais commun. Entretiens avec François Ewald*. Paris: Éditions de l'Aube.
- _____. (2002a). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fetichicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2002b). *A Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>.
- _____. (2001). *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- _____. (1994). *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1988). "The powers of association". In: Law, John (org). *A Sociology of monsters: essays on power technology and domination*. London: Routledge.
- _____. (1984). *Les microbes, guerre et paix, suivi de Irréductions*. Paris: Métailié.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LAW, J. (1986). "On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India". In: Law, John Keele. *Power, Action and Belief*. A New Sociology of Knowledge?, Sociological Reviews Monograph, pp.234-263.
- MALINOWSKI, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 2ª edição.
- MEDINA, C. A. (1964). *A favela e o demogogo*. São Paulo: Martins.
- MELLO, M. A. S.; VOGEL, A.; SANTOS, C. N. F. (1981). *Quando a Rua Vira Casa, A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. Rio de Janeiro: IBAM/FINER, 2ª edição.
- MISSE, M. (2007). "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro". In: *Estudos Avançados*, n.21 (61).
- MORAES, M. (2003). *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*. Disponível em: www.necso.ufrj.br/Arq2003/MarciaMoraes.htm.
- MOTA, F. R. (2009). *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? de reconhecimento e de direitos no Brasil e na França*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- NACHI, M. (2006). *Introduction à la sociologie pragmatique*. Armand Colin.
- OLIVEIRA, A. M.; CARVALHO, C. P. (1993). *Favelas e as organizações comunitárias*. Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Bento Rubião". Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SOUZA, M. A. F. (2001). *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- WIKINSON, J. (2004). *Redes, convergências e economia política: de abrito à convivência (mimeo)*. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS.